

A saúde tem solução

LAURO BEZERRA

“Pessoas sábias procuram soluções; os ignorantes só fazem atribuir culpas”

É inegável que as políticas econômicas adotadas pelo Governo trouxeram algumas vantagens à população como um todo, tais como redução drástica do imposto social representado pela inflação elevada, mas também trouxeram ônus (desemprego, principalmente, e redução de investimentos governamentais em ações de cunho social).

Nesse contexto, fica clara a importância do papel que os Governos podem e devem exercer. O mote central de toda a sua ação deve ser a “qualidade de vida” da população.

Para tanto, torna-se indispensável a aproximação entre as linhas de intervenção do Estado e as demandas sociais mais emergentes. Isso somente será possível se a definição das prioridades partir daquele núcleo mais próximo da população, qual seja, o município. Aos Ministérios, por exemplo, ficarão adstri- tas as diretrizes e intervenções que tendam a orientar, oferecer estratégias e recursos aos setores técnicos da vida da sociedade, na mira do desenvolvimento integral e integrado.

Entre as funções governamentais, há aquelas que têm mais prioridade que outras como: Saúde, a Educação, a Segurança etc. Quanto à saúde há muito o que fazer e, neste nosso País, o ônus é por demais complexo e oneroso. As ações de promoção, proteção e recuperação da saúde de uma extensa população, em sua maioria, indigente so-

cialmente e doente, mesmo antes de nascer, além de pouco informada sobre hábitos de saúde. É uma missão gigantesca e que se faz com a participação da sociedade civil e à luz dos legítimos interesses de todos.

A experiência do sistema SUS — Sistema Único de Saúde — deve realmente ser posta em prática como forma de manter o princípio da parceria compartilhada, entre os três níveis de administração: federal, estadual e municipal.

No entanto, é óbvia a realidade hoje vivida pelos municípios (deficiência técnica local, incapacidade de investimento por parte dos governos estaduais e impossibilidade de captação de recursos no mercado) esgotando as condições da administração municipal e fortalecendo o modelo de dependência aos interesses políticos, culturais, locais e “humores” das administrações estadual e federal.

As prefeituras, ao mesmo tempo, em que necessitam de recursos, não têm pessoal capaz para compreender os atalhos da burocracia e os modelos ou figurinos complicados dos projetos ou formulários exigidos pelos Órgãos do Governo Central para receberem os recursos pleiteados.

Por outro lado, há uma extrema restrição, quanto aos recursos repassados, a fundo perdido ou não. E uma imensa barreira burocrática. Muitas são as denúncias e impedimentos, geralmente vinculadas a interesses grupais e até individualistas; os quais têm proporcionado a não renovação de convênios, concessões, ou até a demora na liberação daqueles recursos des-

tinados aos municípios que conseguem atender e demonstrar a necessidade e capacidade de bem aplicá-los, em favor do povo.

Ainda costuma-se portanto, gastar-se mais com papel, controles, fiscalização e punição ao pequeno, denúncias, leis e normas desconhecidas e, não cumpridas, do que na simplificação da forma de promover o bem comum, que é o bem da maioria.

Vejo, bem de perto, o que ocorre, por exemplo, com o Ministério da Saúde. Falo, especialmente, do empenho e esforço gigantesco do ministro Adib Jatene, à frente de um órgão, cuja função transcende o seu papel institucional para ter uma missão de proteção da vida de tantos brasileiros. Enquanto o senhor ministro carrega nos ombros esta missão, pensando em termos de totalidade e, sempre solicitando a colaboração de todos para que possamos realizá-la, alguns, mesmo que sejam poucos, assumem a pequenez de atitudes restritivas ou combativas.

O momento é de reconstruir a cooperação, é de ter coragem de assumir um lugar positivo na grande cidadania brasileira. O momento é de pensar nas necessidades dos excluídos, criando novas possibilidades de equilíbrio social e paz para este País.

Respeitar o processo da vida, sem praticar nenhuma maldade ou violência a nós mesmos e aos outros.

■ **Lauro Bezerra**, médico, é presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição